



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Ao Ilustríssimo Sr. Pregoeiro e equipe de Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Estado de Minas Gerais.

Processo: Pregão Eletrônico Nº 06/2026 – Processo Nº PROAD 25315/2025 (SAM).

Objeto: Aquisição de equipamentos e acessórios para a Secretaria de Saúde, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos deste Edital e seus anexos.

A empresa **CASA HOSPITALAR IBIPORÃ LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 10.769.989/0001-56, com sede na Rua 19 de Dezembro, Nº 1687, Salas 01 & 02, Centro, CEP. 86.200-000, Ibiporã/PR, Telefone (43) 3158-0101, e-mail: licitacao.casahospitalar@gmail.com, através de seu representante legal o Sr. Danilo Aparecido Daguanio Ferreira da Silva, portador do Documento de Identidade Nº 402713643 – SESP/SP e do CPF Nº 327.696.738-31, residente e domiciliado Rua Santa Sofia Nº 43, Jardim Espanha, CEP. 86.027-580, Londrina/PR, abaixo assinado, vem com fulcro no Art. 5 e Art. 164, da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, em tempo hábil, à presença de Vossa Excelência a fim de:

IMPUGNAR

A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 5º. *Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Art. 164. *Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

Parágrafo único. *A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

DOS FATOS

Inicialmente, cumpre destacar que a licitação pública possui como finalidade precípua garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, assegurando ampla competitividade e permitindo à Administração selecionar a proposta **mais vantajosa**, não apenas sob o prisma do menor preço, mas principalmente da **adequação técnica, qualidade, segurança e durabilidade** dos equipamentos adquiridos, especialmente quando destinados à área da saúde.

A presente impugnação tem caráter **preventivo, colaborativo e técnico**, buscando afastar do procedimento licitatório exigências insuficientes e lacunas técnicas que, se mantidas, poderão resultar na aquisição de equipamentos de **baixa performance, baixa confiabilidade clínica** ou **procedência inadequada**, além de expor o Município a riscos operacionais, assistenciais e institucionais futuros.

Após criteriosa análise técnica do *Anexo I – Termo de Referência*, realizada por profissionais especializados em equipamentos médico-hospitalares, constatou-se que o descritivo do **item 1 (Desfibrilador Externo Automático - DEA)** apresenta **grave insuficiência técnica**, limitando-se a características genéricas e superficiais, sem definição de parâmetros essenciais, faixas de medição, critérios de desempenho, segurança operacional e durabilidade do equipamento.

Tal fragilidade técnica compromete diretamente o **julgamento objetivo**, dificulta a comparação isonômica entre propostas e impede que a Administração tenha segurança de que o equipamento adquirido atenderá plenamente às necessidades reais do serviço público de saúde, sobretudo em situações críticas de urgência e emergência, nas quais o DEA exerce papel fundamental na preservação da vida.

Ressalta-se que o **Desfibrilador Externo Automático - DEA é um equipamento de suporte vital**, cuja falha, imprecisão ou limitação técnica pode resultar em danos irreversíveis ao paciente, além de gerar responsabilidade administrativa, civil e até judicial ao ente público. Portanto, não é razoável nem juridicamente seguro que tal equipamento seja adquirido com base em um descritivo genérico, sem critérios técnicos mínimos amplamente reconhecidos pelo mercado e pelas boas práticas assistenciais.

A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigência feita ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra aquisições de equipamentos de **má qualidade e/ou de baixa procedência**, além de evitar que todo certame ocorra possíveis restrições de competitividade, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, senão vejamos:

- Para o item **1 (Desfibrilador Externo Automático - DEA)** a especificação se encontra da seguinte forma "*Orientado por voz em língua portuguesa (Brasil), Diagnóstico e aplicado ao tratamento por choque de forma automática e segura. Acionamento apenas de um botão de choque. Algoritmo: Diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e que impeça uso accidental. Orientação por voz e por indicadores luminosos. Bateria com vida útil, não inferior a 2 (dois) anos em modo de espera. Eletrodos com validade mínima de 2 (dois) anos. Em conformidade com as diretrizes da AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) / ERC (CONSELHO EUROPEU DE RESSUSCITAÇÃO) e*

NORMA BRASILEIRA ABNT A IEC 0601-2-4, Classificação IP mínimo IPX4 ou superior. capacidade de registro de eventos e/ou ados de ECG. Desfibrilação forma de onda: Exponencial truncada bifásica. Aplicação de choque por meio de pás/eletrodos adesivos multifuncionais. Painel (Ligar e desligar). Escalas para desfibrilação pré-definidas pelo fabricante. Seleção de paciente adulto / infantil por chave ou por botão, ou conforme tecnologia do fabricante. Comando de carga: Automático após identificar arritmias chocáveis. Painel com visualização, mensagem de orientação e status da bateria. Alimentação: Bivolt".

Não existe especificação técnica!

A descrição do objeto constante no Termo de Referência para a aquisição de Desfibrilador Externo Automático (DEA) padece de **vício de insuficiência descritiva**, violando frontalmente o art. 6º, inciso XXIII, alínea "d", e o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Ao apresentar uma especificação demasiadamente genérica e desprovida de critérios técnicos rigorosos de desempenho, a Administração Pública flerta com a ineficiência e coloca em risco a segurança clínica e a vida de cidadãos que dependerão do pleno e imediato funcionamento desse equipamento de suporte à vida.

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** possui entendimento pacificado de que o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração não se limita à obtenção do menor preço literal, mas sim à busca do equilíbrio indispensável entre a economicidade e a estrita **qualidade do objeto**, especialmente na esfera da saúde pública, onde falhas técnicas são fatais.

A jurisprudência do Pretório de Contas é cristalina ao condenar descrições genéricas que impossibilitem aferir a real procedência, durabilidade e desempenho do equipamento:

1. Acórdão do TCU sobre a Proposta Mais Vantajosa na Saúde (Qualidade vs. Preço)

"O princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração não se esgota na obtenção do menor preço, mas pressupõe a satisfação do interesse público com a aquisição de produtos que detenham a qualidade e o desempenho compatíveis com a finalidade a que se destinam, sendo imperioso estabelecer critérios técnicos mínimos para afastar bens de qualidade inferior na área médica." **(TCU, Acórdão 2.301/2007 – Plenário, Relator: Ministro Benjamin Zymler)**

2. Acórdão do TCU sobre a Vedação a Especificações Excessivamente Genéricas

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado é condição indispensável para a validade do certame, sendo vedada a fixação de especificações que, por excessiva generalidade, impossibilitem a perfeita identificação do que se pretende contratar ou permitam a aquisição de bens de qualidade inferior à necessária para o atendimento das demandas de saúde da população." **(TCU, Acórdão 1.258/2012 – Plenário, Relator: Ministro Valmir Campelo)**

3. Jurisprudência do TCU sobre Rigor Técnico em Termo de Referência

"O Termo de Referência deve guardar rigorosa fidelidade às reais necessidades da Administração e detalhar de forma clara e mensurável os padrões de desempenho e qualidade exigidos. A ausência de especificações técnicas robustas em insumos e equipamentos de natureza médico-hospitalar abre margem para a entrega de soluções ineficazes, configurando grave risco de dano ao erário e potencial prejuízo à integridade dos pacientes." **(TCU, Acórdão 2.666/2025 – Plenário, Relator: Ministro Antonio Anastasia)**

4. Jurisprudência do TCU sobre Definição Clara para Fins de Julgamento Objetivo

"A insuficiência na descrição técnica do objeto compromete o julgamento objetivo do certame, uma vez que impede a comissão de licitação de barrar a entrada de produtos de baixa procedência ou qualidade técnica insatisfatória que venham mascarados sob a égide do menor preço." **(TCU, Acórdão 1.445/2015 – Plenário, Relator: Ministro Vital do Rêgo)**

Dessa forma, resta evidente que o descritivo atual é vago ao omitir parâmetros como: tempo máximo de carga em segundos (e não apenas "escala do fabricante"), tamanho e tipo de display (se houver necessidade), detalhes sobre o armazenamento de eventos (tempo mínimo de gravação), e garantias específicas sobre o tempo de assistência técnica local. A permanência de um texto tão fragilizado impede o julgamento objetivo e expõe o órgão ao risco de adquirir um lote de equipamentos de baixa confiabilidade operacional em emergências cardíacas.

A ausência de características técnicas essenciais pode representar um risco iminente para hospitais, clínicas ou onde estiverem instalados esses equipamentos, comprometendo a eficiência dos procedimentos, a precisão dos diagnósticos e a segurança dos pacientes.

➤ DO RISCO DA ESPECIFICAÇÃO GENÉRICA E DA INSEGURANÇA JURÍDICA:

A manutenção de uma especificação extremamente simplificada e básica para um equipamento de suporte à vida ignora o **Dever de Especificação do Objeto**, conforme preconiza a Lei de Licitações. O prejuízo de manter um descritivo tão elementar reflete-se em pilares críticos que a Administração deve considerar:

- **Inviabilidade do Julgamento Objetivo:** Ao não estabelecer critérios mínimos de desempenho e qualidade, o edital retira do Pregoeiro a régua técnica necessária para desclassificar propostas de equipamentos de baixa procedência. Quando a descrição é básica demais, a Administração fica vulnerável, sendo muitas vezes compelida a aceitar o produto de menor valor, ainda que ele não possua a robustez necessária para o uso hospitalar severo.
- **Risco de Prejuízo ao Erário:** Descrições superficiais atraem propostas de produtos com baixa durabilidade e sem suporte técnico adequado. Isso resulta no fenômeno do "barato que sai caro", onde o Município economiza na compra, mas arca com custos elevados em manutenções corretivas precoces e na substituição prematura do bem.

- **Vulnerabilidade Assistencial:** A especificação básica não garante que o equipamento operará com a precisão exigida em momentos de crise. Isso transfere o risco diretamente para a ponta do serviço, podendo gerar desassistência à população e expor o ente público a demandas judiciais por falhas em equipamentos essenciais.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E READEQUAÇÃO

A ausência de especificações técnicas detalhadas não apenas fragiliza o certame, como também **expõe a Administração a riscos de aquisição inadequada**, podendo resultar em equipamentos com baixa vida útil, alto custo de manutenção, incompatibilidade com protocolos clínicos e menor confiabilidade em situações críticas.

É de conhecimento técnico que descritivos disponibilizados por bases orientativas, como *SIGEM*, *resoluções* ou referências do *Ministério da Saúde*, **servem como ponto de partida**, mas não substituem a necessidade de adequação do *Termo de Referência* às **reais demandas assistenciais do Município/Administração**, sendo plenamente possível — e recomendável — seu aprimoramento, sem qualquer prejuízo à legalidade ou ao plano de trabalho originalmente previsto.

Diante desse cenário, **exige-se de forma imediata a retificação do descritivo**, eliminando lacunas técnicas e assegurando uma especificação **ampla, objetiva e compatível com equipamentos de reconhecida qualidade no mercado**, permitindo a participação de múltiplos fornecedores e garantindo a efetiva busca da contratação mais vantajosa.

Resta claro e comprovado que as modificações sugeridas **não implicam em qualquer prejuízo ao órgão**, tampouco em direcionamento, mas, ao contrário, **trazem benefícios diretos**, tais como:

- ampliação da concorrência;
- elevação do nível técnico das propostas;
- maior segurança assistencial;
- melhor custo-benefício;
- mitigação de riscos futuros à Administração.

Caso Vossa Senhoria entenda pertinente, **apresenta-se abaixo um sugestivo de descritivo técnico**, amplamente utilizado em processos licitatórios, compras públicas, onvênios e aquisições diretas na área da saúde, o qual **abrange diversas marcas nacionais e internacionais**, mantendo o caráter competitivo e atendendo às boas práticas clínicas e regulatórias.

Sugestivo para o item 1:

DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO

Equipamento com tecnologia de onda bifásica não pesando mais que 2,4kg. Identificar e interpretar automaticamente o traçado do ECG do paciente através de pás adesivas multifunções, que devem ser descartáveis, auto aderentes. Pás adesivas com cabo de conexão universal. Capacidade para desfibrilação pediátrica, através de descarga de energia reduzida em no máximo 50J. Para paciente adulto, energia de no máximo de 200J. Indicador de status, indicador de status da bateria, indicador de manutenção,

indicador de verificação das pás, indicadores de colocação das pás, indicador de botão de choque, indicador de modo criança; memória interna para no mínimo 3 registros de ECG de ao menos 30 minutos cada, com anotações para um registro; Ser capaz de auxiliar o socorrista a realizar RCP através de comando de voz em português, de forma detalhada, para guiar o usuário durante todo ciclo de ressuscitação. Possuir sistema de aviso sonoro e visual caso o aparelho necessite de manutenção, e também quando a bateria estiver fraca. Sinalização luminosa ou sonora para verificação da bateria, circuitos internos e calibração. Construído em material resistente a impactos. Indicador de status do equipamento externo. Padrão de resistência IP56. Bateria de fácil e rápida troca, sem necessidade de ferramentas; Possuir bateria independente da pá descartável, com vida útil de no mínimo 200 choques, 4 anos no modo espera e 7,5 horas de monitorização de ECG; Desde a inicialização do AED até estar pronto para realizar uma descarga de 200 J não deve ultrapassar 10 segundos. Deve realizar autoteste diário e mensal. Deve possuir comunicação bluetooth, infravermelho ou wi-fi para transferência de dados. Garantia de no mínimo 5 anos do aparelho comprovado em manual da Anvisa. Registro na ANVISA. A bateria deverá ser descartável e as pás descartáveis adulto/pediátrica na mesma peça.

O intuito da presente impugnação é apenas revisar aqueles aspectos que inferioriza o descritivo presente no *Anexo I – Termo de Referência*, com o intuito de não excluir nenhuma marca, podendo ser participada por mais proponentes, resultando em aquisições de boa qualidade x custo benefício.

DO DIREITO

A manutenção de especificações insuficientes viola os princípios do **julgamento objetivo**, da **competitividade**, da **eficiência administrativa** e da **economicidade**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

A Administração Pública deve assegurar que o *Termo de Referência* contenha parâmetros técnicos claros, mensuráveis e compatíveis com a criticidade do equipamento, especialmente quando se trata de bens destinados à preservação da vida humana.

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** consolidou o entendimento de que a descrição genérica do objeto prejudica a formulação das propostas e a própria execução contratual:

1. Acórdão sobre Definição Precisa do Objeto

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado é condição indispensável para a validade do certame, sendo vedada a fixação de especificações que, por excessiva generalidade, impossibilitem a perfeita identificação do que se pretende contratar ou permitam a aquisição de bens de qualidade inferior à necessária." (TCU, Acórdão 1.258/2012 – Plenário. Relator: Ministro Valmir Campelo)

2. Acórdão sobre Qualidade e Interesse Público

"O princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração não se esgota na obtenção do menor preço, mas pressupõe a satisfação do interesse público com a

aquisição de produtos que detenham a qualidade e o desempenho compatíveis com a finalidade a que se destinam." (TCU, Acórdão 2.301/2007 – Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

3. Jurisprudência: Dever de Especificação Técnica

"É dever da Administração, ao elaborar o Termo de Referência, definir padrões de desempenho e qualidade que garantam a segurança do usuário e a durabilidade do bem, sob pena de violação ao princípio da eficiência e do risco de dano ao erário pela aquisição de produtos de baixa vida útil ou ineficazes." (TCU, Acórdão 1.137/2011 – Plenário. Relator: Ministro Raimundo Carreiro)

4. Jurisprudência: Julgamento Objetivo e Rigor Técnico

"A ausência de critérios técnicos mínimos e detalhados no edital compromete o julgamento objetivo, uma vez que impede a comissão de licitação de desclassificar propostas que, embora de menor preço, não ofereçam as condições técnicas indispensáveis para o uso a que se propõe o objeto licitado." (TCU, Acórdão 1.445/2015 – Plenário. Relator: Ministro Vital do Rêgo)

A presente impugnação não busca atrasar o certame, tampouco direcionar marcas ou modelos, mas sim **qualificar o processo**, garantindo que os recursos públicos sejam empregados de forma eficiente, segura e responsável.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a. O **DEFERIMENTO** da presente impugnação, para que seja determinada a **retificação** do descritivo do **item 1 (Desfibrilador Externo Automático – DEA)**, com inclusão de especificações técnicas mínimas adequadas;
- b. A republicação do Edital com as correções necessárias, reabrindo-se o prazo legal;
- c. A condução do certame de forma ampla, competitiva e tecnicamente segura, possibilitando a participação de fornecedores qualificados e assegurando à Administração a contratação mais vantajosa.

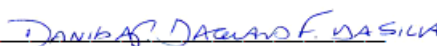
**Nestes Termos,
P. Deferimento**

Ibiporã/PR, 27 de Maio de 2026.

10.769.989/0001-56

CASA HOSPITALAR
IBIPORÃ EIRELI

RUA 19 DE DEZEMBRO, 1687 SL 01 E 02
CENTRO - CEP: 86.200-000
IBIPORÃ - PR


CASA HOSPITALAR IBIPORÃ EIRELI
Danilo Aparfécido Daguano Ferreira da Silva
RG:402.713.643
CPF:327.696.738-31